

EDITAL Nº 01/2019 PARA CONCESSÃO DE BOLSAS PARA ALUNOS DE MESTRADO E DOUTORADO

Fixa normas para concessão de bolsas de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN para o ano de 2019.

A Comissão de Bolsas do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) torna público o edital de inscrição para Seleção de Bolsistas de Mestrado e Doutorado – CAPES e CNPq, de acordo com a Portaria Capes 76/2010, que trata das normas da Bolsa de Demanda Social; com a Portaria nº 76 de abril de 2012 da CAPES, que modifica as normas da Bolsa de Demanda Social e com a Instrução Normativa PPg-UFRN 01/2011, que trata sobre as normas para concessão de bolsa aos alunos de pós-graduação da UFRN.

1. Das cotas

1.1. Considerando a disponibilidade atual de bolsas, a oferta é de 30(trinta) cotas para mestrandos e 28 (vinte e oito) cotas para doutorandos.

1.2. A concessão de bolsas contempla as cotas disponíveis neste edital e aquelas geradas ao longo de 2019, em função da finalização ou da desistência da bolsa por algum pós-graduando. Para tal, deve-se seguir a ordem de classificação publicada como resultado deste Edital.

2. Da inscrição

2.1. A inscrição para a Seleção de Bolsistas CAPES e CNPq será efetuada no período de 27 de fevereiro a 07 de março de 2019, na Secretaria do PPGEd, no horário de 08h30 as 12h e de 14h as 17h30.

2.2. O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, os seguintes documentos:

- a) o formulário de candidatura à bolsa de estudos, disponível na página do PPGEd (www.ppged.ufrn.br), preenchido e assinado;
- b) portaria de afastamento sem vencimento (para servidores públicos);
- c) cópia de comprovante de residência;
- d) cópias de CPF e RG ou da Carteira Nacional de Habilitação;
- e) cópia da Carteira de Trabalho Previdência Social (CTPS);

- f) termo de compromisso, disponível na página do PPGEd (www.ppged.ufrn.br), com firma reconhecida em cartório;
- g) cópia do(s) comprovante(s) da renda familiar.

2.3. Será considerado eliminado do processo o candidato à bolsa que não entregar os documentos previstos no item 2.2 ou fazê-lo fora do prazo estabelecido no item 2.1.

2.4. Estão aptos a concorrer às bolsas os mestrandos e os doutorandos regularmente matriculados neste Programa de Pós-graduação, desde que não estejam em período de prorrogação.

2.5. Os atuais bolsistas não terão suas bolsas renovadas automaticamente, devendo concorrer às cotas de bolsa juntamente com os demais candidatos à bolsa.

2.6 Os atuais bolsistas, para concorrer às cotas de bolsa de que tratam este Edital, deverão entregar, juntamente aos documentos previstos no item 2.2, o relatório de atividades referente ao ano de 2018.

3. Dos critérios para concessão da bolsa

3.1. Este edital estabelece como critérios para a concessão de bolsa:

1º) Com caráter eliminatório e primeiro critério a ser atendido no processo de seleção tanto para bolsas novas, quanto para renovações, o condicionante atendimento, para concessão bolsa, das exigências normativas da matéria nos níveis da regulamentação federal (CAPES/CNPq) e institucional (UFRN) seguindo os requisitos do art. 9º da Portaria nº 76 de abril de 2012, registrados abaixo:

I - dedicação integral às atividades do programa de pós-graduação;

II - quando possuir vínculo empregatício, estar liberado das atividades profissionais e sem percepção de vencimentos ou, ainda, ter o contrato suspenso com a instituição empregadora;

III - comprovar desempenho acadêmico satisfatório, consoante às normas definidas pela instituição promotora do curso;

IV - não possuir qualquer relação de trabalho com a instituição promotora do programa de Pós-Graduação

IV - realizar estágio de docência de acordo com o estabelecido no art. 18 deste regulamento;

VI - não ser aluno em programa de residência médica;

VII - quando servidor público, somente os estáveis poderão ser beneficiados com bolsas de mestrado e doutorado, conforme disposto no art. 318 da Lei 11.907, de 02 de fevereiro de 2009;

VIII - os servidores públicos beneficiados com bolsas de mestrado e doutorado deverão permanecer no exercício de suas funções, após o seu retorno, por um período igual ao de afastamento concedido (§ 4º, art. 96-A, acrescido pelo Art. 318 da Lei nº 11.907, de 02 de fevereiro de 2009 que deu nova redação à Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990);

IX - ser classificado no processo seletivo especialmente instaurado pela Instituição de Ensino Superior em que se realiza o curso;

X - fixar residência na cidade onde realiza o curso;

XI - não acumular a percepção da bolsa com qualquer modalidade de auxílio ou bolsa de outro programa da CAPES, de outra agência de fomento pública, nacional ou internacional, ou empresa pública ou privada, excetuando-se:

a) poderá ser admitido como bolsista de mestrado ou doutorado, o pós-graduando que perceba remuneração bruta inferior ao valor da bolsa da respectiva modalidade, decorrente de vínculo funcional com a rede pública de ensino básico ou na área de saúde coletiva, desde que liberado integralmente da atividade profissional e, nesse último caso, esteja cursando a pós-graduação na respectiva área;

b) os bolsistas da CAPES, matriculados em programas de pós-graduação no país, selecionados para atuarem como professores substitutos nas instituições públicas de ensino superior, com a devida anuência do seu orientador e autorização da Comissão de Bolsas CAPES/DS do programa de pós-graduação, terão preservadas as bolsas de estudo. No entanto, aqueles que já se encontram atuando como professores substitutos não poderão ser contemplados com bolsas do Programa de Demanda Social;

c) conforme estabelecido pela Portaria Conjunta Nº. 1 Capes/CNPq, de 12/12/2007, os bolsistas CAPES, matriculados em programas de pós-graduação no país, poderão receber bolsa da Universidade Aberta do Brasil - UAB, quando atuarem como tutores. Em relação aos demais agentes da UAB, não será permitido o acúmulo dessas bolsas.

d) Para bolsas do CNPq, o pós-graduando não deve receber remuneração proveniente de vínculo empregatício ou funcional, concomitante com a bolsa do CNPq, exceto: quando docentes e pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa, matriculados em cursos de pós-graduação com conceito 5, 6 ou 7 e distantes mais de 250 km (duzentos e cinquenta quilômetros) da instituição de origem. Nestes casos, o bolsista deve comprovar o afastamento autorizado pela instituição de origem e se comprometer, por escrito, a retornar à sua instituição pelo tempo de recebimento da bolsa ou, alternativamente, ressarcir o CNPq pelo montante recebido com as correções previstas em lei.

2º) Parecer favorável da Comissão de Bolsas do PPGEd acerca do relatório de atividades referente ao ano de 2018, para os atuais bolsistas, com caráter eliminatório e classificatório.

3º) Análise da renda familiar do candidato à bolsa, com caráter classificatório.

4º) A nota geral final no processo seletivo de ingresso no PPGEd como quarto critério, com caráter classificatório.

No caso de mais de um candidato em mesmas condições para concessão da bolsa, a Comissão estabelecer critérios de desempate que considerem o princípio de equidade na distribuição de bolsas entre as Linhas de Pesquisa e fatores socioeconômicos.

4. Da implantação da bolsa

4.1. A implantação da bolsa do candidato vincula-se à obrigação deste entregar, na Secretaria do PPGEd, a proposta de trabalho para o período vigente da bolsa, nos moldes do Anexo I deste Edital.

4.2. Para o recebimento da bolsa o discente deverá dispor de conta corrente **individual** no Banco do Brasil. Não será aceita conta conjunta.


5. Do resultado e casos omissos

5.1. A data provável para divulgação do resultado da seleção de bolsas 2019 será o dia de 12 de março de 2019, no mural da Secretaria do PPGEd e na página eletrônica do Programa (www.ppged.ufrn.br).

5.2. Os candidatos terão até às 11h30 do dia 15 de março para entregar a proposta de trabalho e assinar a solicitação de bolsa, na Secretaria do PPGEd. Caso o contemplado deixe de entregar a proposta de trabalho, o próximo candidato classificado será chamado a preencher a vaga.

5.3. Os casos omissos deste Edital deverão ser encaminhados pela Comissão de Bolsas para a Coordenação do PPGEd e objeto de decisão do Colegiado.

Natal (RN), 26 de fevereiro de 2019.


Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães
Presidente da Comissão de Bolsas do PPGEd

ANEXO I

PROPOSTA DE TRABALHO

A Proposta de Trabalho a ser apresentada deve ser redigida para o ano da vigência da bolsa, a saber, o ano de 2019, e deve conter os seguintes itens:

- Dados de identificação: nome do candidato, nome do orientador, linha de pesquisa e título do projeto de pesquisa aprovado no processo seletivo;
- Previsão de disciplinas a serem cursadas em 2019.1 e 2019.2;
- Previsão das etapas do projeto de pesquisa a serem realizadas ao longo do ano, assim como de material a ser produzido e apresentado nos Seminários de Dissertação ou Seminários de Pesquisa. Deve-se descrever o conteúdo desses materiais;
- Previsão de participação e/ou apresentação de trabalhos em eventos científicos da área, indicando nominalmente os eventos e o semestre de sua realização;
- Cronograma de trabalho relativo à pesquisa, com descrição detalhada das atividades a serem realizadas;
- Outras informações sobre possíveis atividades a serem desenvolvidas no ano de 2018, tais como: prova de proficiência, docência assistida no Ensino Superior, participação em grupo(s) de estudos;
- Assinatura do aluno bolsista;
- Breve parecer do professor orientador, manifestando anuência com a Proposta de Trabalho elaborada e apresentada por seu orientando;
- Previsão pelos candidatos à renovação da bolsa de publicação de artigo científico em periódico, com título do artigo e indicação nominal do periódico em que pretende submeter a publicação;
- Assinatura do professor orientador.